

**EDITAL FJG Nº 51, de 20 de setembro de 2005.**

REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO NO CARGO DE **CONTADOR** DO QUADRO DE PESSOAL DE APOIO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

A Presidente da Fundação João Goulart – Instituto de Estudos de Administração Pública da Cidade do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a autorização exarada no processo 11/000556/2005, torna público que fará realizar **Concurso Público para provimento no cargo de Contador do Quadro de Pessoal de Apoio da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.**

**I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. Do Nível de Escolaridade, das Vagas, do Salário, da Carga Horária, da Taxa de Inscrição e da Qualificação Mínima Exigida.

Escolaridade	* Vagas		Remuneração em R\$ **	Carga Horária	Taxa de Inscrição em R\$	Qualificação
	R	PNE				
Superior	01	--	1.446,76	40h	60,00	Registro no CRC

Legenda: \* R = Vagas Regulares

PNE = Vagas para Portadores de Necessidades Especiais

\*\* A remuneração poderá ser acrescida em até 150% em função de Assistência Técnica Pericial e Extrajudicial.

**2. Das Atribuições.**

<b>Básicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de supervisão, coordenação e execução, relacionadas a serviços especializados de contabilidade em geral</li> </ul>
<b>Específicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar atividades relacionadas com a elaboração orçamentária; executar exames administrativos e judiciais de escritos contábeis; elaborar demonstrativos mensais da execução orçamentária; elaborar os balancetes mensais, orçamentário, financeiro e patrimonial bem como os balanços anuais, com os respectivos demonstrativos; examinar sob os aspectos jurídico-contábeis e técnicos, os atos de natureza financeira e orçamentária, propondo quando for o caso, a realização de inspeções, para apuração de fatos que mereçam estudos mais apurados; emitir pareceres sobre assuntos de sua especialidade; elaborar certificados de exatidão de balanços e peças contábeis; fazer a análise econômico-financeira e patrimonial; supervisionar, orientar ou executar a escrituração de livros contábeis, de escrituração cronológica ou sistemática; proceder a estudos sobre sistemas de contabilidade, formas e planos de financiamento e executar quaisquer outros encargos semelhantes, pertinentes à categoria funcional, estabelecidos na legislação que regulamentou o exercício da profissão.</li> </ul>

## II DOS REQUISITOS

### 1. São requisitos necessários para a inscrição:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
- b) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c) estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- d) possuir a qualificação exigida referente ao cargo pretendido.

## III DAS INSCRIÇÕES

### 1. As inscrições serão recebidas no período de 10 horas do dia **27/09** até às 16h do dia **10/10/2005**, horário de Brasília, somente via Internet, através de requerimento específico disponível no *site* [www.rio.rj.gov.br/fjg](http://www.rio.rj.gov.br/fjg).

1.1 a inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o concurso.

1.2 Somente haverá devolução de taxa de inscrição nos casos previstos na Lei Municipal nº 2.937, de 24.11.1999.

### 2. Procedimentos para inscrição:

2.1 certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Concurso e para posse no cargo.

2.1.1 no ato da inscrição no concurso, não haverá qualquer restrição ao candidato que não cumprir os requisitos básicos. No entanto, só poderá ser admitido no cargo aquele que, na época de sua convocação, cumprir integralmente os requisitos mencionados nos incisos II e XI.

2.2 acessar o *site* [www.rio.rj.gov.br/fjg](http://www.rio.rj.gov.br/fjg), onde estarão disponibilizados o Edital, o requerimento de inscrição, orientações e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

2.3 cadastrar-se, no período de **10h do dia 27/09 até às 16h do dia 10/10/2005**, através de requerimento específico disponível na página citada (horário de Brasília);

2.4 preencher corretamente o requerimento de inscrição.

2.5 imprimir o requerimento preenchido.

2.6 o pagamento deverá ser efetuado, obrigatoriamente, por meio de boleto bancário específico, impresso após a conclusão de preenchimento do requerimento de inscrição *on line*, sendo este o único meio aceito para efetivação da inscrição;

2.6.1 a impressão da guia de depósito deverá ser feita, exclusivamente, em papel A4, no período de **27/09 até às 16h do dia 10/10 (horário de Brasília)**.

2.6.2 o pagamento deverá ser efetivado em qualquer banco, no período de **27/09 até às 16h do dia 10/10/2005 (horário de Brasília)**. O pagamento após este período implicará o cancelamento da inscrição.

2.7 a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação, pela instituição bancária, do pagamento da taxa de inscrição.

2.8 confirmar se os dados da inscrição efetuada pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se até 03 (três) dias úteis antes da data de realização da prova não estiver confirmada a inscrição, comparecer à Fundação João Goulart portando a guia de depósito paga e a impressão do requerimento de inscrição.

- 2.9 as inscrições pela Internet deverão ser feitas com antecedência, evitando-se possíveis congestionamentos de comunicação do site [www.rio.rj.gov.br/fjg](http://www.rio.rj.gov.br/fjg) nos últimos dias de inscrição.
- 2.10 a Fundação João Goulart não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet **não recebidas**, por qualquer motivo, sejam de ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados por procedimento indevido dos usuários.
- 2.11 o descumprimento das instruções para inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.
3. Não serão aceitas inscrições realizadas fora do período determinado. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados neste Edital, a inscrição será cancelada.
4. A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de quaisquer documentos exigidos importarão em insubsistência de inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
5. Será admitida a inscrição, nos termos da Lei Municipal nº 2.111, de 10.01.94, de pessoa portadora de necessidades especiais (deficientes), ficando o respectivo deferimento condicionado ao cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 645, de 05.11.84, e no Decreto Municipal nº 5.890, de 16.06.86.
  - 5.1 o candidato portador de necessidades especiais deverá assinalar sua condição no campo próprio do requerimento de inscrição, mencionando a deficiência da qual é portador, e, se necessário, requerer o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor, prova em braille, prova ampliada ou prova normal e/ou solicitar sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção.
    - 5.1.1 no caso de prova com o auxílio de um fiscal leitor, o fiscal além de auxiliar na leitura da prova, também transcreverá as respostas para o cartão do candidato, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas.
    - 5.1.2 o candidato portador de deficiência visual parcial (ambliopia) deverá identificar sua condição, indicando no requerimento de inscrição se deseja que a prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
  - 5.2 aquele que não declarar no requerimento de inscrição ser portador de necessidades especiais concorrerá somente às vagas regulares.
  - 5.3 o candidato portador de necessidades especiais participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde se realizarão as provas.
  - 5.4 o acesso de portadores de necessidades especiais às provas e sua eventual aprovação não implica o reconhecimento da compatibilidade de sua deficiência com a atividade pertinente a vaga, a qual será determinada por meio de perícia médica.
  - 5.5 a partir da publicação do resultado da prova objetiva, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, o candidato portador de necessidades especiais considerado aprovado deverá comparecer, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, à Fundação João Goulart, situada na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º andar – Ala A – Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, munido do original de documento oficial de identidade, para tomar ciência do dia, horário e local em que deverá comparecer à Gerência de Acompanhamento da Saúde do Servidor da Secretaria Municipal de

Administração – A/CSRH/CVS/GASS, ficando a Fundação João Goulart desobrigada de realizar qualquer tipo de contato para este fim.

- 5.6 o candidato será encaminhado à Gerência de Acompanhamento da Saúde do Servidor da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GASS, para confirmação da deficiência declarada, conforme Decreto nº 5.890 de 16.06.86.
    - 5.6.1 no caso de ser portador de deficiência auditiva ou visual ou apresentar paralisia cerebral, o candidato deverá exhibir, também, exame audiométrico, laudo oftalmológico com acuidade visual ou parecer neurológico, respectivamente, dentro do prazo de validade de 30 (trinta) dias, contado da emissão até o dia da apresentação.
    - 5.6.2 constatada, pela A/CSRH/CVS/GASS, a necessidade de avaliação da capacidade laborativa do candidato pela Junta de Especialistas, o fato será informado à Fundação João Goulart, para as providências pertinentes.
    - 5.6.3 a Junta de Especialistas emitirá laudo fundamentado, declarando a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado.
    - 5.6.4 o candidato cuja deficiência venha ser considerada, pela Junta de Especialistas, incompatível com o regular exercício das atividades do cargo, será eliminado do certame.
  - 5.7 o candidato considerado pela A/CSRH/CVS/GASS como não portador de necessidades especiais concorrerá, somente, às vagas regulares.
  - 5.8 o candidato portador de necessidades especiais que não comparecer, no dia, hora e local determinados, para confirmação da deficiência será eliminado do certame.
  - 5.9 em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.111, de 10.01.94, ficam reservadas, no presente concurso, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, desde que comprovada a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo. Nos casos em que a reserva inicial das vagas superar este percentual, será observada a necessária compensação nas convocações subseqüentes, durante a vigência deste concurso, que, em qualquer caso, observarão o percentual acima estabelecido.
    - 5.9.1 caso a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subseqüente, arredondamento que incidirá apenas na reserva inicial de vagas.
    - 5.9.2 as pessoas portadoras de necessidades especiais, amparadas pela legislação vigente, poderão concorrer, sob sua inteira responsabilidade e nos termos da referida legislação, às vagas que vierem a surgir durante a validade do concurso no percentual de 5% das vagas que vierem a ser preenchidas, ou seja, a cada 20 (vinte) candidatos convocados para essas vagas, a vigésima será preenchida pelo candidato portador de necessidades especiais de acordo com a classificação obtida.
  - 5.10 os recursos interpostos contra o resultado das avaliações deverão ser encaminhados à Gerência de Acompanhamento da Saúde do Servidor da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GASS.
  - 5.11 os candidatos considerados portadores de necessidades especiais, se habilitados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.
  - 5.12 na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, essas serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a rigorosa ordem de classificação.
6. Será admitida inscrição nos termos do Decreto Municipal nº 22.082 de 30.09.02 e Resolução Conjunta SMA/SMDs nº 64 de 14.01.03.
    - 6.1 **as inscrições ocorrerão nos dias 27 e 28/09/2005, de 10h às 16h, na Coordenadoria de Valorização do Servidor da Secretaria Municipal de Administração - Rua Afonso Cavalcante, 455, Anexo, 8º andar / Ala A - Cidade Nova/RJ;**

- 6.2 o candidato que pretender isenção de taxa de inscrição deverá, obrigatoriamente, apresentar:
- comprovante de residência no nome do requerente;
  - certidão de nascimento ou certidão de casamento ou decisão judicial de separação ou divórcio ou de óbito do cônjuge;
  - cópia do último contracheque;
  - declaração sobre a renda familiar de parentes de 1º grau devidamente comprovados, que residam no mesmo endereço.
- 6.3 “serão considerados hipossuficientes, para inscrição gratuita em concursos públicos realizados por iniciativa do Poder Executivo, aqueles que comprovarem possuir renda familiar “per capita” inferior a 30% (trinta por cento), do Salário Mínimo Nacional, sem prejuízo do previsto nos Artigos 5º e 6º da Resolução Conjunta SMA/SMDS nº 64, de 14 de janeiro de 2003.”
7. Candidato que esteja impossibilitado de transcrever as respostas, deverá solicitar, na Fundação João Goulart, situada na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º andar- Ala A, Cidade Nova, até 48 horas antes da data da prova, no horário das 10h às 16h, o auxílio de um fiscal para fazê-lo. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 02 (dois) fiscais. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que tiverem sido efetuadas.

#### **IV - DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

- O cartão de confirmação de inscrição (CCI) será enviado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Para tanto, é fundamental que o endereço informado no requerimento de inscrição esteja completo e correto, inclusive com indicação do CEP.
  - não serão postados cartões de confirmação de inscrição – CCI, cujo endereço informado no requerimento de inscrição esteja incompleto ou sem indicação do CEP.
- Do CCI constarão, além dos principais dados do candidato, informados por ocasião da respectiva inscrição, seu número de inscrição, cargo, interesse nas vagas reservadas para portador de necessidades especiais (se for o caso), condição especial de prova (se for o caso), data, horário e local de realização das provas.
  - não serão prestadas, por telefone, informações a respeito de locais e horários de realização das provas.
- O candidato que não o receber em até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para a realização das provas deverá comparecer à Fundação João Goulart, na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º andar - Ala A - Cidade Nova, para requerer a 2ª via.
  - o envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não recebida, não desobriga o candidato do dever de acompanhar a publicação do Edital de Convocação para a realização das provas.
  - não haverá inclusão no dia da prova.
- O candidato também poderá confirmar se os dados pessoais, informados na ficha de inscrição, estão corretos, através da Internet, no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/fjg>, bem como informar-se sobre a data, o horário e o local de realização das provas.
- A existência de informações quanto à data, horário e local da realização das provas no cartão de confirmação de inscrição e na Internet não exime o candidato do dever de observar, pelo Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, as publicações de todos os atos e editais referentes ao certame.
- O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir as informações contidas no cartão de confirmação, bem como data, horário, local de realização das provas.

7. Quando houver inexatidão, no caso de portador de necessidades especiais, no tipo de prova e no tipo de deficiência contido no referido cartão, o candidato deverá comparecer à Fundação João Goulart, na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º andar, Ala A - Cidade Nova, e solicitar a necessária correção, impreterivelmente, até 48 horas, antes da data de realização das provas.
- 7.1 serão de responsabilidade exclusiva do candidato as conseqüências advindas de eventual omissão, quanto a pedido de correção, no prazo estipulado, das informações constantes do cartão de confirmação de inscrição, sobre o tipo de prova solicitado, bem como do tipo de deficiência apontado.
8. Somente será procedida a alteração de condição de candidato portador de necessidades especiais na hipótese em que o dado expresso pelo candidato, no requerimento de inscrição, tenha sido transcrito erroneamente no cartão de confirmação.
9. Eventuais erros de digitação no nome, número/órgão expedidor ou Estado emitente do documento de identidade, data de nascimento e outras informações contidas no CCI, o candidato deverá acusar no momento em que for assinar a lista de presença na sala de prova.

## V - DAS PROVAS

### 1. Da Prova Objetiva.

- 1.1 a prova objetiva, de caráter eliminatório, constará de questões de múltipla escolha, conforme quadro a seguir, com 4 (quatro) alternativas e uma única opção correta, versando sobre o conteúdo programático constante deste Edital.

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, POR CONTEÚDO	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NA PROVA
Contabilidade Pública e Orçamento Público	20	1,5	30,0	6,0	64,5
Contabilidade Geral	20	1,5	30,0	6,0	
Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	2,0	
Matemática Financeira	05	1,5	7,5	1,5	
Cálculos Trabalhistas	10	1,5	15,0	3,0	
Direito Administrativo	05	1,0	5,0	1,0	
Direito Constitucional	05	1,0	5,0	1,0	
Informática	05	1,0	5,0	1,0	

**Obs:** Será considerado habilitado na Prova Objetiva, o candidato que alcançar, no mínimo, 20% de acertos por conteúdo e 60% de acertos do total da prova.

- 1.2 toda e qualquer legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como, alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.
- 1.3 os cartões-resposta serão corrigidos por meio de processamento eletrônico.

- 1.4 o candidato deverá assinalar as alternativas no cartão-resposta, considerado como único documento válido para a correção eletrônica, com caneta esferográfica, obrigatoriamente, de tinta azul ou preta (para assegurar a perfeita leitura ótica), apondo, ainda, sua assinatura no cartão.
- 1.5 não serão computadas as questões não assinaladas, rasuradas ou com emendas, ainda que legíveis, e as que tiverem mais de uma alternativa assinalada como resposta.
- 1.6 não será permitido que as marcações no cartão-resposta sejam feitas por terceiros, salvo em caso de candidato que tenha solicitado, previamente. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 02(dois) fiscais devidamente treinados.
- 1.7 o tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão-resposta.
- 1.8 o gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no segundo dia útil seguinte ao de realização das provas, estando disponível também, no endereço eletrônico [www.rio.rj.gov.br/fjg](http://www.rio.rj.gov.br/fjg).

## **VI - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

1. As provas serão aplicadas na cidade do Rio de Janeiro, em datas e horários a serem oportunamente publicados no Diário Oficial do Município.
2. A aplicação das provas na data prevista no cronograma constante do manual do candidato, dependerá da disponibilidade de locais adequados à realização das mesmas.
3. O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de confirmação de inscrição e o original do documento de identidade que serviu de base para sua inscrição no certame.
  - 3.1 o documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
  - 3.2 serão considerados documento de identidade: Cédula Oficial de Identidade, carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certificado de Reservista, Passaporte (ainda na validade), Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo) e cédulas de identidade expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe.
    - 3.2.1 caso o candidato não apresente nenhum documento que o identifique, reconhecido em todo o território nacional, deverá assinar o Termo de Satisfação de Exigência e cumpri-lo na data determinada, sob pena de exclusão do certame.
    - 3.2.2 não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos que não tenham validade como documento de identidade em todo o território nacional.
    - 3.2.3 nenhum candidato poderá retirar-se da sala, após ser identificado, sem autorização e acompanhamento da fiscalização.
4. Os portões serão fechados 30 minutos após o horário previsto para o início das provas.
5. Não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento, após o fechamento dos portões.
6. A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal, e na presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos.
7. Após identificado e instalado em sala de provas, o candidato não poderá consultar nenhum material, inclusive jornal e revista, enquanto aguardar o horário de início das provas.

8. Não serão permitidos, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o empréstimo de qualquer material, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
9. Após autorizado o início das provas, somente será permitido o ingresso de candidatos nas salas quando acompanhados do Coordenador Local.
10. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico.
11. O candidato, ao ingressar no local de realização das provas e durante todo o transcurso da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado** qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse. O uso de bip, telefone celular, *walkman*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palm-top*, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do concurso.
12. O candidato, ao ingressar no local de realização das provas e durante todo o transcurso da prova, não poderá fazer uso de boné, touca ou similares.
13. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas.
14. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão-resposta, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações efetuadas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
15. Somente após decorrida uma hora do início das provas, o candidato, mesmo que tenha desistido do concurso, poderá entregar o seu cartão-resposta, devidamente assinado, e retirar-se do recinto.
16. Ao candidato somente será permitido levar seu caderno de questões, faltando uma hora para o término das provas.
  - 16.1 os cadernos de questões retidos serão eliminados.
17. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no cartão de respostas da Prova Objetiva, ressalvado o disposto no item 16.
18. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu caderno de questões e o cartão-resposta, ressalvado o disposto no item 16, solicitando a devolução do seu documento de identidade, que ficará em poder do fiscal de sala, porém sempre visível, desde o momento do seu ingresso na sala.
19. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, e após o registro dos seus nomes na ata das provas pela fiscalização.
20. O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 15 a 19 deste inciso, deverá assinar Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador Local.
21. Qualquer observação, por parte dos candidatos, será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais.
22. Não será permitido o ingresso de pessoas estranhas ao concurso no local de prova.
  - 22.1 as candidatas que estejam amamentando lactentes, bem como os candidatos deficientes físicos ou visuais, poderão valer-se de acompanhantes, que ficarão em dependências designadas pela Comissão Organizadora.
23. Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas, inclusive aquele decorrente de afastamento do candidato da sala de prova.
24. Não haverá aplicação de provas fora dos locais e horários preestabelecidos.



25. O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como **desistência** do candidato e resultará em sua **eliminação do certame**.

## **VII - DA EXCLUSÃO DO CERTAME**

### **1. Será excluído do concurso o candidato que:**

- 1.1 faltar ou chegar atrasado a prova, seja qual for a justificativa, pois em nenhuma hipótese haverá segunda chamada.
- 1.2 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta.
- 1.3 ausentar-se da sala, após ter assinado a lista de presença, sem o acompanhamento de fiscal.
- 1.4 dispensar tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida ou autoridade presente à aplicação das provas, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- 1.5 utilizar-se, no decorrer da prova, de qualquer fonte de consulta, máquinas calculadoras ou similares, ou for surpreendido em comunicação verbal, escrita, eletrônica ou gestual, com outro candidato.
- 1.6 for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova.
- 1.7 recusar-se a entregar o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a realização da prova.
- 1.8 deixar de assinar o cartão-resposta e a lista de presença.
- 1.9 descumprir qualquer das instruções contidas no caderno de questões;
- 1.10 se, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato se utilizou de processos ilícitos, sua prova será anulada, sendo automaticamente eliminado do concurso.
- 1.11 deixar de se apresentar, quando convocado em qualquer fase do concurso, ou não cumprir, nos prazos indicados, os procedimentos necessários para a posse.
- 1.12 deixar de apresentar qualquer um dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.
- 1.13 não atender às determinações do presente regulamento e de seus atos complementares.
- 1.14 fizer declaração falsa ou inexata em qualquer documento.

## **VIII - DOS RECURSOS**

1. Somente o próprio candidato poderá interpor recurso, quando ficar evidenciado erro na formulação da questão, na correção e no critério de julgamento, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, para cada questão, cujo modelo estará disponível no [site www.rio.rj.gov.br/fjg](http://www.rio.rj.gov.br/fjg).
2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de:
  - 2.1 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do gabarito no D.O.Rio, quanto às questões da prova objetiva.
  - 2.2 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação dos resultados da prova objetiva no D.O. Rio, para solicitar recontagem de pontos, que só poderá ser feita pelo próprio candidato.
  - 2.3 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado final no D.O.Rio, exclusivamente para retificação de eventual erro material.

3. O recurso quanto às questões da prova objetiva, individual e único para cada etapa, deverá ser digitado ou preenchido com letra de forma e assinado pelo candidato, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com a citação de artigos de legislação, itens, páginas de livros, nome de autores etc, juntando, sempre que possível, cópia dos comprovantes.
4. O recurso deverá ser entregue na Fundação João Goulart, situada na Rua Afonso Cavalcanti, 455-Anexo, 9º andar / Ala A - Cidade Nova, **impreterivelmente**, das 10h às 16h.  
**4.1 não serão aceitos, em hipótese alguma, recursos após às 16 horas.**
5. Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou apresentado fora das condições exigidas e/ou dos prazos estabelecidos, bem como os recursos que apresentarem cópias de fundamentos de outros recursos.
6. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos, indistintamente, a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.
7. Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.
8. Não serão aceitos recursos por fax, via postal ou pela Internet.
9. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso e revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.

#### **IX - DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA**

1. O resultado da Prova Objetiva será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no site [www.rio.rj.gov.br/fig](http://www.rio.rj.gov.br/fig).
2. Do resultado da Prova Objetiva constarão as notas final e por conteúdo de **todos** os candidatos convocados para a Prova Objetiva.

#### **X - DO RESULTADO FINAL**

1. O resultado final do Concurso Público será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no site [www.rio.rj.gov.br/fig](http://www.rio.rj.gov.br/fig).
2. Do resultado final constarão **apenas** os candidatos habilitados na Prova Objetiva, em ordem decrescente, pelo total de pontos obtidos.
  - 2.1 na hipótese de igualdade de pontos, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
    - a) maior nota em Contabilidade Geral;
    - b) maior nota em Contabilidade Pública e Orçamento Público;
    - c) maior nota em Cálculos Trabalhistas;
    - d) maior nota em Matemática Financeira;
    - e) o mais idoso.

2.1.1 em observância à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, os candidatos por ela amparados terão critério de desempate diferenciado.

## **XI - DO PROVIMENTO**

1. O provimento nos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem da Classificação Final dos candidatos aprovados e às disposições legais pertinentes, considerando ainda o resultado dos beneficiários da Lei n.º 2.111/94.
2. No ato da posse, o candidato deverá comprovar a qualificação essencial exigida para o ingresso no cargo, conforme o constante no item 1 do inciso I e do item 6 do inciso XI.
3. O candidato aprovado, quando convocado, deverá apresentar-se à Gerência de Acompanhamento da Saúde do Servidor, de acordo com escala a ser divulgada na época própria, para exame admissional, devendo, neste momento, estar de posse de exame oftalmológico e, quando com 35 (trinta e cinco) anos ou mais, de exame eletrocardiográfico.
4. Somente serão aceitos exames realizados em até 30 dias imediatamente anteriores ao ato da apresentação.
5. Somente será provido no cargo o candidato considerado APTO em inspeção de saúde de caráter eliminatório.
6. Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
  - xerox do comprovante da qualificação exigida;
  - duas fotos 3x4 (iguais), coloridas e recentes;
  - original da Carteira de Trabalho;
  - xerox da Carteira de Identidade;
  - xerox do CPF;
  - xerox do Título de Eleitor e do último comprovante de votação;
  - xerox do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
  - xerox da Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);
  - xerox do PIS ou PASEP;
  - declaração de não exercer emprego/cargo na Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Federal, Estadual ou Municipal, excetuados os casos previstos em lei;
  - xerox do comprovante de vacinação de filhos até cinco anos de idade;
  - xerox da Certidão de Nascimento de filhos menores de 18 anos (homem) e 21 anos (mulher);
  - caso exista dependente por força de decisão judicial apresentar: Termo de Curatela e Termo de Guarda e Posse (adoção);
  - xerox do comprovante de residência em seu nome (última conta de luz, gás, água ou telefone), onde conste seu endereço completo, inclusive CEP;
  - declaração de bens;
  - carta de naturalização (se for estrangeiro naturalizado)
  - currículo atualizado.
7. Os documentos citados no item 6 serão exigidos, apenas, dos candidatos aprovados e convocados para posse, não sendo aceitos protocolos.

## **XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. A Fundação João Goulart não se obriga a realizar as provas no bairro onde o candidato se inscrever ou residir.
2. Não está sob a responsabilidade da Fundação João Goulart a venda de apostilas ou outras publicações referentes aos conteúdos programáticos correspondentes ao concurso.

3. A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade.
4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos
5. O concurso será homologado pelo pelo Procurador Geral do Município, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.Rio.
6. O prazo de validade do concurso será de **2 (dois) anos**, contado a partir da data de publicação do despacho da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da superior Administração.
7. Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados, exclusivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, devendo o candidato habilitado acompanhar todas as publicações referentes à convocação para posse, sendo de responsabilidade do órgão demandante, a convocação pessoal dos candidatos aprovados.
8. Não será investido no cargo o candidato que, na condição de ex-servidor tenha, nos últimos cinco anos, sido demitido do cargo público municipal, tido sua aposentadoria cassada por danos ao serviço público, ou tido contrato de trabalho com esta Municipalidade rescindido por justa causa, conforme o disposto no Decreto Municipal n.º 17930/99.
9. Os candidatos aprovados e classificados além do número de vagas constantes do quadro do item 1, do inciso I, farão parte do banco de concursados, suscetível de aproveitamento durante o período de validade do concurso, de acordo com os interesses da Administração Pública Municipal.
10. O candidato classificado é responsável pela atualização de endereço, durante a realização do concurso, junto à Fundação João Goulart e após a homologação do certame, junto à Procuradoria Geral do Município. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilização para a Fundação João Goulart e para Procuradoria Geral do Município.
11. As dúvidas, oriundas das informações neste Edital , poderão ser dirimidas na Fundação João Goulart, Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º andar - Ala A - Cidade Nova/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 16h; através do telefone 2293-8000 ou, pela internet , através do *site* [fjg@pcrj.rj.gov.br](mailto:fjg@pcrj.rj.gov.br).
12. O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pela Fundação João Goulart - FJG.
13. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital.
14. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Presidente da Fundação João Goulart de comum acordo com o Procurador Geral do Município.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2005.

**Dalila de Brito Ferreira**  
Presidente da Fundação João Goulart

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **1 Compreensão e Interpretação de texto.**

Tipos de Texto: descritivo, narrativo, dissertativo. Argumentação.

Clareza, coerência e coesão textuais. Níveis de leitura. Progressão discursiva. As informações implícitas. Elementos da comunicação: funções da linguagem.

#### **2 A norma culta da língua , a modalidade escrita. Adequação do contexto. Registro formal.**

2.1 Noções de Fonética e Fonologia: relação fonema/grafema. Acentuação tônica e gráfica.

2.2 Morfossintaxe: Classes de palavras e seu emprego. Estrutura e formação de palavras. Período. Oração. Termos oracionais. Emprego da coordenação e da subordinação. Tipos de discurso: direto e indireto. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. A ocorrência da crase. Sintaxe de colocação ou de ordem. Figuras de sintaxe.

2.3 Semântica: adequação vocabular. Denotação e conotação. Polissemia e ambigüidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.

2.4 O sistema ortográfico vigente

2.5 Pontuação

### **CONTABILIDADE PÚBLICA**

- 1 Normas da Contabilidade Pública
- 2 Avaliação dos componentes Patrimoniais
- 3 Controle dos Bens Patrimoniais
- 4 Normas de Escrituração
- 5 Sistemas de Contas
- 6 Balanço e Levantamento de Contas
- 7 Regime de Competência e Regime de Caixa
- 8 Receitas e Despesas Públicas
- 9 Sistema Orçamentário, Financeiro e Patrimonial

### **BIBLIOGRAFIA**

ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. Ed. Atlas.

CÓDIGO de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF – Lei Municipal nº 207 de 19.12.1980.

REGULAMENTO do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF – Decreto Municipal nº 3.221 de 18.09.1981 e suas alterações posteriores consolidadas pelo Decreto Municipal nº 15.350 de 06.12.1996. Ver também Decreto Municipal nº 22.941 de 26.05.2003.

MACHADO JR, José Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. IBAM.

## **ORÇAMENTO PÚBLICO**

- 1 Princípios Orçamentários
- 2 Processo Orçamentário
- 3 Orçamento – Programa
- 4 Lei de Orçamento
- 5 Créditos Orçamentários
- 6 Execução Orçamentária da Despesa e da Receita
- 7 Controle e Avaliação da Execução Orçamentária

### **BIBLIOGRAFIA**

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 12ª ed. Atlas, 2003.

CÓDIGO de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF – Lei Municipal nº 207 de 19.12.1980.

REGULAMENTO do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF – Decreto Municipal nº 3.221 de 18.09.1981 e suas alterações posteriores consolidadas pelo Decreto Municipal nº 15.350 de 06.12.1996. Ver também Decreto Municipal nº 22.941 de 26.05.2003.

MACHADO JR, José Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. IBAM.

BRASIL. Constituição Federal

## **CONTABILIDADE GERAL**

- 1 Contabilidade: conceituação, objetivos, campo de atuação, usuários da informação contábil e Técnicas Contábeis.
- 2 Componentes do patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido
- 3 Variação do patrimônio líquido: receita, despesa e resultado.
- 4 Princípios Fundamentais de contabilidade – Resolução nº 750/93 – CFC.
- 5 Balancete de verificação: conceito, importância e finalidade.
- 6 Demonstrações exigidas pela LEI 6.404/76  
Balanco patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas – conceitos, importância e finalidade, estrutura, padronização, características e elaboração.
- 7 Critérios de avaliação de ativos e passivos.
- 8 Participações permanentes em outras empresas: critérios de avaliação pelo método do custo e pelo método da equivalência patrimonial.
- 9 Consolidação das demonstrações financeiras.
- 10 Incorporação, fusão e cisão.
- 11 Análise de balanços
- 12 Indicadores de análise econômico-financeiros

### **BIBLIOGRAFIA**

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. Ed. Atlas, 1997.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade Básica. 2ª edição. São Paulo: Harbra.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das associações por ações. FIPECAFI-USP. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços – Abordagem Básica e Gerencial. 6ª edição CD: ed. Atlas, 2003.

NEVES, Silvério das. Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras. 12ª edição. Frase, 2003.

### **CÁLCULOS TRABALHISTAS**

- 1 Salários
- 2 Gratificações comuns
- 3 13º Salário - . Base de cálculo. Forma de cálculo. Reflexos do 13º salário.
- 4 Férias - . Noções básicas. Acréscimo de 1/3. Pagamento em dobro das férias. Férias proporcionais. Base de cálculo da remuneração das férias. Reflexo das férias.
- 5 Adicional de insalubridade e Adicional de periculosidade - . Base de cálculo. Forma de cálculo. Reflexo do adicional de insalubridade. Reflexo do adicional de periculosidade.
- 6 Horas Extras - . Generalidades. Apuração da quantidade de horas extras. Intervalo. Apuração do valor da hora extra. Reflexo das horas extraordinárias.
- 7 Aviso prévio - . Generalidades. Integração e contagem do prazo do aviso prévio. Base de cálculo. Forma de cálculo. Reflexos do aviso prévio.
- 8 FGTS - . Noções básicas. Base de cálculo do FGTS. FGTS sobre as parcelas deferidas. FGTS sobre parcelas salariais que não eram integradas ao salário. A multa pelo atraso no recolhimento. Reflexos do FGTS. Indenização com base no FGTS: base de cálculo da indenização de 40%, cumulação da indenização constitucional com a prevista na Lei 8.036/90 e reflexos da indenização constitucional.
- 9 Multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT.
- 10 Contribuição previdenciária - . Fato gerador das contribuições previdenciárias. Tipos de contribuições previdenciárias. Base de cálculo. Inclusão do 13º salário na base de cálculo das contribuições previdenciárias. Forma de cálculo.
- 11 Imposto de renda retido na fonte - . Generalidades. Pessoas sujeitas à retenção do tributo. Base de cálculo. Forma de cálculo.
- 12 Cálculos de liquidação - Forma e conteúdo. Atualização monetária. Juros de mora.

### **BIBLIOGRAFIA**

SANTOS, José Aparecido dos. Curso de cálculos de Liquidação Trabalhista. 1ª edição. Editora Juruá . Curitiba. 2002.

CORTEZ, Julpiano Chaves . Prática Trabalhista. 8ª edição. São Paulo: Editora LTR, 1996.

SALEM, Luciano Rossignolli, SALEM, Dina Aparecida Rossignoli. Cálculos trabalhistas – Doutrina, Legislação, Jurisprudência e prática. 2ª edição. Editora LTR, 2004.

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, atualizada.

### **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

- 1 Juros simples: juros ordinário, comercial e exato. Taxa percentual e unitária: nominal, proporcional e equivalente. Prazo, taxa e capital médios. Montante. Valor atual. Desconto comercial e racional. Equivalência de capitais.

- 2 Juros compostos: Taxa proporcional, equivalente, efetiva e nominal. Convenção linear e exponencial. Montante. Valor atual. Desconto racional. Equivalência de capitais. Anuidade ou rendas certas. Correção monetária e sistemas de amortização.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. **Organização do Estado**
  - a. A Organização Federal
  - b. Competências da União, Estados e Municípios
  - c. Dos Municípios
2. **Princípios da Administração Pública**
  - a. Disposições gerais
  - b. A Administração, seus Órgãos e Entidades
  - c. Regime de Pessoal
3. **Organização dos Poderes**
  - a. Da União
  - b. Do Município do Rio de Janeiro
4. **Fiscalização Contábil, Financeira e Patrimonial**
  - a. Preceitos Constitucionais
  - b. No Município do Rio de Janeiro
5. **Sistema Tributário Nacional**
  - a. Princípios
  - b. Limitações
  - c. Competências da União, Estados e Municípios
  - d. Distribuição das receitas tributárias pela União aos Estados e Municípios
  - e. Tributação no Município do Rio de Janeiro
6. **Finanças Públicas**
7. **Orçamento Público**
  - a. Princípios Constitucionais
  - b. Instrumentos de Planejamento e Orçamentação

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Constituição Federal.

LEI Orgânica do Município do Rio de Janeiro

CÓDIGO de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF – Lei Municipal nº 207 de 19.12.1980.

REGULAMENTO do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF – Decreto Municipal nº 3.221 de 18.09.1981 e suas alterações posteriores consolidadas pelo Decreto Municipal nº 15.350 de 06.12.1996. Ver também Decreto Municipal nº 22.941 de 26.05.2003.

SILVA, Jose Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24 ed. [S.l.]: Malheiros Editores, 2005.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. **Organização Administrativa**
  - Princípios Fundamentais
  - Administração Direta, Indireta e Fundacionai Organização Administrativa do Município do Rio de Janeiro
  - Organização dos Poderes no Município do Rio de Janeiro



## **2. Controle da Administração**

- Tipos e Formas de controle
- Controle Administrativo
- Controle Legislativo
- Controle Interno no Município do Rio de Janeiro

## **3. Serviços Públicos**

- Conceito
- Classificação
- Formas de execução
- Competência da União, Estados e Municípios

## **4. Licitações**

- Princípios
- Obras, Serviços de Engenharia e demais serviços
- Modalidades
- Publicações
- Dispensas e Inexigibilidades
- Procedimentos licitatórios
- Processamento e julgamento
- Instrumentos convocatórios
- Tipos
- Anulação e Revogação

## **5. Contratos**

- Normas gerais
- Cláusulas essenciais
- Cláusulas exorbitantes
- Formalização
- Garantias contratuais
- Duração e prorrogação
- Alteração
- Nulidade
- Execução
- Inexecução
- Rescisão
- Teoria da Imprevisão
- Sanções Administrativas
- Tutela judicial

## **6. Atos Administrativos**

- Atos da Administração
- Conceito
- Atributos
- Elementos
- Discricionariedade e Vinculação
- Classificação
- Atos Administrativos em espécie
- Extinção

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Constituição Federal.

LEI Orgânica do Município do Rio de Janeiro

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

LEI Federal nº 8666/93, alterada pela Lei Federal 9648/98.

LEI Municipal nº 2068/93

DECRETO Municipal nº 16339/97

CÓDIGO de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF – Lei Municipal nº 207 de 19.12.1980.

REGULAMENTO do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF – Decreto Municipal nº 3.221 de 18.09.1981 e suas alterações posteriores consolidadas pelo Decreto Municipal nº 15.350 de 06.12.1996. Ver também Decreto Municipal nº 22.941 de 26.05.2003.

### **INFORMÁTICA**

1. CONHECIMENTOS DE WINDOWS EXPLORER
2. ARQUIVOS E PASTAS
3. CONHECIMENTOS DE MS WORD
4. OPERAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS
5. VERIFICAÇÃO DE ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA
6. CONFIGURAÇÃO DE PÁGINA
7. ELEMENTOS GRÁFICOS
8. OPERAÇÕES COM TABELAS
9. CONHECIMENTOS DE MS EXCEL
10. Operações sobre pastas de trabalho, planilhas e células,
11. Gráficos
12. Desenhos e Figuras